

INTERSETORIALIDADE: UMA ESTRATÉGIA A PARTIR DO PROCESSO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA?

Rodrigo dos Santos Nunes

Priscila Klein da Silva

Vanessa Benedet de Almeida

Resumo: O artigo apresenta uma experiência em consultoria e assessoria, vivenciada na proteção social especial, no que se refere aos processos de realização. Estudo que desvenda dados a partir da leitura da realidade social e aporta as múltiplas determinações que conformam tais processos. Aponta possibilidades, limites e alternativas de enfrentamento a situação de rua. Como resultado, apresenta a possível materialização da intersetorialidade, na perspectiva de processos sociais emancipatórios.

Palavras-chave: Consultoria. Assessoria. Processos de Realização. Situação de Rua. Intersetorialidade.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado do processo de consultoria e assessoria realizado em janeiro de 2015, na Política de Assistência Social, no município de Torres/RS. Este trabalho surgiu a partir do convite para consultar e assessorar a equipe do Centro de Referência Especializado em Assistência Social, no que se refere ao atendimento dos sujeitos em situação de rua.

Torres é um município situado no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, na divisa com o estado de Santa Catarina. O município tem aproximadamente 35 mil habitantes, mas durante os meses de verão tem um significativo aumento da densidade populacional, devido aos veranistas e turistas. Dista 197 km de Porto Alegre e 280 km de Florianópolis/SC.

Segundo estudo da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o crescimento populacional de Torres é de 72,9%, no período do verão. A população que vivencia a situação de rua é de 34 sujeitos em média, mas no verão chega a 92 sujeitos que utilizam a rua como referência de moradia e/ou sobrevivência.

Neste contexto, houve o convite a pensar as políticas no município, devido às experiências dos autores na implementação, gestão e atuação, em abordagem social, acolhimento institucional, além dos estudos anteriores sobre os processos de realização. Desafios cotidianos que motivaram os autores na investigação acerca da situação de rua como

expressão da questão social¹ e a interface com as políticas sociais, com vistas a contribuir com subsídios para a qualificação dos processos metodológicos de intervenção, assim como a construção de indicadores em relação a este segmento.

Neste sentido, o processo de assessoria e consultoria teve como objetivo geral planejar processos de trabalho, apontando possibilidades, limites e alternativas de intervenção, a partir da leitura da realidade local, a fim de buscar a garantia de atendimento, acompanhamento e mediação com a rede de serviços e políticas, de forma interdisciplinar e intersetorial.

A partir do exposto, foram traçadas estratégias, com intuito de promover a participação e integração de todos os atores sociais nas atividades desenvolvidas, de modo que a assessoria e consultoria pudesse “contribuir para a leitura da realidade, o que facilita traçar o planejamento” (CRESS 10ª região, 1999, p. 68). Para tanto, os objetivos específicos tinham o propósito de problematizar os processos de realização e as estratégias de enfrentamento; aprofundar o conhecimento acerca da situação de rua (motivação e permanência x relações familiares/projetos de vida); relacionar os conceitos sobre situação de rua à realidade local; conhecer indicadores sociais relacionados à população em situação de rua; nortear a atuação, através de técnicas de planejamento e monitoramento; e planejar estratégias de articulação com a rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas².

A fim de dar sentido a este panorama inicial, foi necessário o conhecimento do estágio da equipe quanto à projeção do espaço profissional: tipos de leituras feitas, levantamentos desenvolvidos e também as expectativas da equipe sobre a proposta que seria desenvolvida. “O ponto de partida encontra-se no próprio conhecimento dos sujeitos participantes [...]. Estes contêm o saber que possibilita uma ressignificação, ou uma crítica ao senso comum” (NUNES, 2013, p. 21). Assim, primeiramente foi realizada uma escuta com os profissionais que estariam diretamente vinculados a esta construção, ou seja, gestores, técnicos sociais, educadores sociais, administrativos, estagiários, auxiliares de serviços gerais, entre outros, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH).

¹ A questão social é apreendida como expressão das desigualdades sociais: a anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea (IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social no capitalismo. Temporalis, ano II, n. 3, p. 09 – 32. Brasília, ABEPSS, Gráfica odisséia. 2004, p. 10-11).

² Serviços e Políticas necessárias para amenizar a pobreza no contexto capitalista, mesmo que sem impactar os fundamentos que a geram.

Somente após esta primeira etapa que o cronograma de atividades foi definido. Posteriormente, os usuários da política também foram convidados a participar desta construção.

A consultoria/assessoria, quando planejada junto com todos os atores sociais, possibilita uma maior aproximação com a realidade, destaca as contradições que perpassam, neste caso, a relação entre os sujeitos que vivenciam a situação de rua e o poder local³ e avança no desvendamento sobre os processos de participação.

Através desta construção coletiva, foram trazidas à baila algumas problematizações acerca deste tema, partindo do pressuposto que **a população em situação de rua não é público-alvo somente da política de assistência social**. Destarte, a integralidade requer o alargamento da práxis a partir de processos interdisciplinares e a realização de diagnósticos, planos e ações intersetoriais, com vistas ao estabelecimento de interfaces e definição de estratégias.

2 CONSULTORIA E ASSESSORIA: UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA EM TORRES/RS

Quando convidados para realizar a consultoria/assessoria em Torres, iniciou-se um processo de reflexão e busca por referenciais que norteassem a elaboração de uma proposta que garantisse a “horizontalidade” em todos os momentos do trabalho. Compreendendo que consultar é pensar sobre a “questão”, as formas nas quais ela se expressa e quais as possíveis alternativas. O consultor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente suas proposições (MATOS, 2006).

E assessorar é participar do processo de intervenção, com a finalidade de compartilhar conhecimentos acumulados necessários à continuidade do funcionamento do serviço implantado. Neste caso, trata-se de conceitos distintos, mas complementares e se entende que foi possível contemplá-los na execução da proposta.

2.1 OS CAMINHOS ESCOLHIDOS E PERCORRIDOS

³ Considera-se, neste estudo, o poder local por instâncias legislativas, executivas, judiciais e da sociedade civil no município.

Como já referido, optou-se por um formato de abordagem e promoção da participação ativa na construção de todas as atividades desenvolvidas ao longo da consultoria/assessoria, que ocorreu no mês de janeiro de 2015, com duração de 80 horas, realizada de forma sistemática. O mês de janeiro foi estratégico, pois Torres é um município litorâneo e por isso, sua população aumenta no verão, e conseqüentemente nesta época há um maior número de sujeitos em situação de rua.

Com base na escuta inicial realizada com os trabalhadores da assistência social, levantou-se a necessidade de aprofundamento de alguns conceitos teóricos relevantes para dar seguimento ao trabalho, assim como desmistificar alguns pré-conceitos existentes sobre a população em situação de rua. Assim, problematizaram-se os processos de rualização, entendendo que “parte de uma concepção oposta à visão estática, na medida em que a reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, *num continuum*” (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p. 194).

Tendo origem na sociedade capitalista⁴, o processo de rualização, como expressão da questão social aparece em processos combinados de mudanças no mundo do trabalho e o aprofundamento das desigualdades sociais. Neste sentido, entende-se que diversos fatores desde a ausência de trabalho e renda, consequência de um desemprego estrutural até a submissão e naturalização de níveis extremos de violência e degradação da vida podem fazer parte também dos processos em que uma população vivencia a partir também da utilização das ruas como espaço principal de sobrevivência e de reordenação de suas identidades (NUNES, 2013). “[...] tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancialmente ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia. O que diferencia esses processos é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua” (VIEIRA, BEZZERRA E ROSA, 2004, p. 93-94).

É sempre importante reiterar que nenhum fenômeno social se origina de uma única causa, mas de múltiplas determinações.

⁴ Neste trabalho o termo capitalismo e a expressão sociedade capitalista são utilizados para designar um modo de produção e também uma fase histórica, que tem como característica central a existência de classes sociais, com interesses antagônicos, cuja divisão é determinada pela propriedade dos meios de produção, controle do trabalho e apropriação da riqueza produzida socialmente por uma das classes (dos capitalistas) e pela propriedade e venda da força de trabalho, como garantia de sobrevivência da outra (trabalhadores) (SILVA, 2009).

Além disso, para fins deste estudo, foi necessário localizar o sujeito em processo de rualização no sistema de garantia de direitos. Para tanto foram discutidos o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005), a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009) e a Política Nacional de Inclusão para a População em Situação de Rua (2009), a fim de compreender de que forma as ações para este público poderiam ser organizadas, principalmente, neste primeiro momento, pela política pública de Assistência Social, desde a prevenção, até a necessidade de intervenção pela proteção social especial⁵.

O enfrentamento dos processos de rualização compõem os objetivos do SUAS que visa ofertar um conjunto articulado de iniciativas para garantir a proteção social no âmbito de cada território a famílias e sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social (NUNES, 2013, p. 14).

Destaca-se que os diversos estudos realizados com esses sujeitos mostram que realizam estratégias de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou social; o uso de substâncias psicoativas, inserção precária ou não no mercado de trabalho, pobreza e dificuldades no acesso a políticas públicas, todos os aspectos ressaltados na Política Nacional de Assistência Social - PNAS como processos de vulnerabilidade social (NUNES, 2016).

“O caráter multidimensional de pobreza leva à necessidade de indicadores que tenham uma correspondente abordagem multidimensional e que levem em consideração como o indivíduo percebe sua situação social” (YASBEK, 2012, p. 291).

Ainda com apoio na escuta inicial foram trazidos para discussão alguns indicadores sobre a população em situação de rua. Com base na análise de dados coletados em diversos estudos (ABREU et al, 1999; BULLA et al, 2004; PRATES et al, 2012, PRATES, REIS e ABREU, 2000; REIS, PRATES e MENDES, 1995; ROSA, 1995; SCHUCH et al, 2008; SNOW e ANDERSON, 1998; VIEIRA et al, 1992; YASBEK, 1992; 1993, entre outros), verifica-se que a fragilidade de vínculos familiares é fator preponderante para o agravamento da vulnerabilidade apresentada pelos sujeitos que enfrentam os processos de rualização.

No primeiro Censo realizado em Porto Alegre com a população em situação de rua (1994 – 1995) em parceria entre a FASC/PMPA e a Faculdade de Serviço Social da PUCRS apareceram como principais motivos para a busca da rua como espaço de sobrevivência os problemas familiares (28,8%) e a dependência de álcool/outras drogas (22,5%). O estudo aponta também a existência de 30% da população pesquisada como portadora de sofrimento

⁵ Conforme já destacado em nota de rodapé n. 5, são avanços contraditórios e necessários.

psíquico (REIS; PRATES, MENDES, 1995). Neste estudo também se destaca entre a grande maioria dos entrevistados as sucessivas perdas, da casa, da família, do emprego, de referência e da própria autoestima.

Em estudo nacional (MDS, 2007-2008), os índices mais relevantes mostram que 82% dos sujeitos são do gênero masculino, 53% encontram-se entre 25 e 44 anos. A imensa maioria, 95% não estuda, porém, 74% sabem ler. 70,9% exercem alguma atividade remunerada, apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência; portanto, rompem com a ideia de que estes sujeitos vivem da mendicância.

Todos os estudos apontam como principais razões por estar em situação de rua, o abuso de álcool e/ou outras drogas, o desemprego, as rupturas familiares, sendo esta a principal responsável no caso de Porto Alegre. Contudo, o estudo ressalta que os fatores são interligados destacando o caráter multicausal dos fenômenos sociais.

Em estudo realizado em Nova York (FEITEL, 1992) com uma amostra de 150 moradores de rua visando à obtenção de informações sobre a incidência de distúrbios nas áreas comportamentais e emocionais, foi constatado que a maioria dos pesquisados possuía um passado com pouco suporte emocional ou história de abuso físico ou sexual. Este estudo mostra percentuais significativos de estressores psicossociais, considerando dados obtidos a partir da história pessoal dos entrevistados, entre os quais se destaca: 72% brigas sérias na família, 66,2% morte de pessoa significativa, 43% alcoolismo na família.

Concluem, portanto, os pesquisadores que nos estudos mencionados as relações familiares têm centralidade nos processos de realização ou são condicionantes importantes, cujo desvendamento é fundamental para explicá-lo e, partir de uma apreensão à luz da totalidade, propondo estratégias múltiplas de enfrentamento (PRATES et al, 2013). “[...] Por outro lado é importante reconhecer e enfatizar que a raiz da desigualdade está no antagonismo de classes e, portanto, ultrapassa os territórios locais e os grupos familiares, aspecto fundamental que não pode ser secundarizado” (NUNES, 2013, p. 66).

Difícil esta leitura complexa da realidade social, econômica, cultural entre dominados e dominadores que, às vezes, se confundem ou se mascaram entre aparência e o real. A partir da compreensão da dinâmica social estabelecida entre o universal e o particular da vida dos sujeitos em seu cotidiano, a intervenção é na direção de identificarem-se as possibilidades de superação do instituído. Para Vasconcelos (1998, p. 127) cabe ao consultor: “[...] pôr

instrumentos que possibilitem o desvendamento do movimento da realidade social, ocultado pelo movimento cotidiano das relações sociais, o que faz parecer inexistentes quaisquer alternativas e possibilidades de ação profissional”.

Desta forma, a partir dos referenciais teóricos, que balizaram a construção de percepções sobre os processo de rualização, considerando os sujeitos que já utilizavam a rua como espaço de moradia e/ou sobrevivência, e possibilidades de intervenção, foi possível aproximar estes conceitos a realidade de Torres através da realização de um mapeamento na região central da cidade, que contribuiu para caracterizar a população em situação de rua da região mapeada, com vistas a possibilitar o planejamento de intervenções possíveis para este segmento.

Enquanto realizou-se o mapeamento, outras ações eram praticadas e posteriormente debatidas. Ações como a observação e abordagem puderam ser executadas *in loco*. Desta forma, estabeleceram-se uma conexão com a realidade do público observado, seu comportamento, seu modo de vida, etc. A partir das informações coletadas, partiu-se para a qualificação de dados, registros/instrumentos, elaboração de planos individuais de acompanhamento e o mapeamento da rede de atendimento e direitos sociais. Este momento do trabalho foi realizado nos locais onde havia incidência de sujeitos em situação de rua e no espaço do CREAS, junto à equipe que compunha este serviço.

É somente a partir da clareza teórico-política da proposta de assessoria, da pesquisa sobre a instituição ou dos movimentos sociais, ou da vida dos usuários de algum serviço que os profissionais [...] poderão iniciar o processo de assessoria e consultoria (MATOS, 2006, p.11).

A partir desta clareza que foi direcionada a atuação através de técnicas e instrumentos.

3 PRESSUPOSTOS PARA UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Importante salientar que o município contava com um CREAS, formado, na época por cinco profissionais, uma assistente social, uma psicóloga, um estagiário de serviço social (que cumpria a função de educador social), uma auxiliar administrativa, uma auxiliar de serviços gerais, número incompatível com o previsto na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS).

Segue a tabela apresentada à gestão da assistência social de Torres, onde é demonstrado que a equipe mínima necessária para atender um número de cinquenta

famílias/indivíduos estipulada pela Norma Operacional Básica, não estava contemplada no município e isso comprometeria um trabalho de qualidade, no que diz respeito aos acompanhamentos sistemáticos ao público-alvo do CREAS.

TABELA 1: COMPARAÇÃO ENTRE NOB-RH/SUAS E CREAS TORRES

NOB-RH/SUAS	CREAS TORRES
1 Coordenador.	Não havia.
1 Assistente Social.	1 Assistente Social (35h semanais).
1 Psicólogo.	1 Psicólogo (16h semanais).
1 Advogado.	Não havia ⁶ .
2 Profissionais de nível superior ou médio (Abordagem Social).	Não havia.
1 Auxiliar administrativo.	1 Auxiliar administrativo.
Estagiários.	1 estagiário de Serviço Social.
	1 Auxiliar de Serviços Gerais.

Fonte: elaborada pelos autores para apresentar em evento no final do processo de consultoria.

Neste processo de consultoria/assessoria buscou-se estar atento para a apreensão da realidade, sem descartar os limites institucionais, e muitas vezes os limites históricos que impactam diretamente onde o profissional é requisitado a intervir.

3.1 OS CONDICIONANTES NA PERSPECTIVA DE PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS⁷

Importante no trabalho de consultoria/assessoria que sejam executadas ações de modo a viabilizar a práxis profissional, de modo a contribuir para o melhor atendimento possível aos

⁶ Salienta-se que no final do trabalho de consultoria/assessoria já havia um advogado designado para atuar 08 horas semanais no CREAS, que foi apresentado ao restante da equipe no encerramento das atividades.

⁷ É importante afirmar que Marx apontava uma emancipação que só poderia ser alcançada fora da sociedade burguesa, com a superação dos interesses individuais, da dominação e da falta de liberdade. Ainda assim, deve-se trabalhar na perspectiva de processos sociais emancipatórios como processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas.

sujeitos usuários, possibilitando que estes iniciem um processo de tomada de consciência⁸, ou seja, “que ultrapassemos a esfera espontânea da apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (FREIRE, 1980, p. 26). Reconhecendo a realização como um processo que tem a rua como referência progressiva, um fenômeno multicausal.

Assim, foi organizado, junto à equipe um cronograma semanal de atendimentos, pois a população em situação de rua não é o único público a ser acompanhado pelo CREAS. É também público deste serviço, famílias e indivíduos que possuem outras violações de direitos como, por exemplo, crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, entre outros. O fato é que existia uma demanda muito grande de atendimentos no CREAS em relação a todo o público que já estava sendo acompanhado. Como inserir no rol de acompanhamentos os sujeitos em situação de rua?

TABELA 2: CRONOGRAMA SEMANAL EQUIPE CREAS

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Acolhida.	Atendimento e Orientação Jurídica.	Elaboração de documentos. Abordagem Sistemática.	Visita Domiciliar.	Acolhida.
Atendimento PAEFI ⁹ .	Visita Domiciliar.	Atendimento Medida Socioeducativa.	Estudo de casos.	Abordagem Sistemática.

Fonte: elaborado pelos autores, para ser seguida como proposta de agenda semanal no CREAS, concomitantemente, ao tensionamento para que se amplie a equipe e os demais recursos para a execução desta política.

Foi necessário estabelecer uma organização na rotina do serviço, através de um cronograma de atividades semanais, garantindo a estratégia de abordagem social no espaço da

⁸ Marx na obra *A Ideologia Alemã* ressalta que é preciso investir na melhoria das condições materiais de existência da população, pois é condição necessária para a transformação da consciência.

⁹ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.

rua, elaboração de plano, acompanhamento com os sujeitos, a alimentação dos instrumentos e realização de reuniões de equipe, conforme demonstrado na tabela.

Importante ressaltar que este cronograma foi construído em conjunto com a equipe do CREAS, conforme a quantidade e a carga-horária dos profissionais. Havia uma preocupação em inserir a demanda de acompanhamento dos sujeitos em situação de rua na agenda, pois somente no mapeamento realizado na região central da cidade, foram contabilizados 37 pessoas em situação de rua, sendo 30 do sexo masculino e 07 do sexo feminino. Relacionando esse dado aos demais que já faziam parte do trabalho do CREAS, como o atendimento do PAEFI, que na época estavam inseridos no acompanhamento sistemático do serviço 27 famílias (uma média de 80 indivíduos), além de 21 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Somados todos estes dados, a equipe do CREAS estava com um público de, em média, 85 famílias e/ou indivíduos em acompanhamento, quando o número de profissionais atuando no serviço, não dava conta nem do exigido pela NOB-RH/SUAS.

Vale mencionar que o CREAS estava em fase de implantação, quando da consultoria. Foi inaugurado em dezembro de 2014 e tão logo a equipe iniciou as intervenções, deparou-se com os limites em apreender as demandas de todos os serviços referenciados ao equipamento social – CREAS. Dentre as intervenções, a que mais desafiou a atuação dos profissionais foi o atendimento à população em situação de rua: pela pressão popular em ‘higienizar’ a cidade turística; pelo desconhecido, pelo, até então, inédito enfrentamento por parte da política municipal de assistência social; e, principalmente, pela intenção de romper com práticas reprodutivas e paliativas, até então dispensadas no processo de trabalho dos trabalhadores do SUAS, no município, em relação à população que vivencia a situação de rua.

De acordo com os dados atualizados do Boletim do Plano Brasil Sem Miséria (MDS, 2013), no município de Torres há 3.625 famílias registradas no Cadastro Único (9,87% da população), sendo 1.075 beneficiários do Programa Bolsa Família (81,44% do total estimado com perfil de renda do programa). O mesmo boletim aponta, ainda, que 628 pessoas se encontravam em situação de extrema pobreza, destes 29,9% tem de 6 a 14 anos e 49% têm de 18 a 59 anos. Relevante salientar que, do total de pessoas em situação de extrema pobreza, 86,5% não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 11,6% não tinham banheiro em seus domicílios.

Os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010) mostram que a população urbana no município representa mais de 96% dos habitantes. O município tem aproximadamente 35 mil habitantes, com taxa de crescimento de 1,16% a.a. Outro dado importante para fins deste estudo é sobre a faixa etária de 15 a 59 anos, que representa 65,5% da população. Destes, são 1.195 “desocupados” (IBGE, 2010). Os dados do Censo revelam que 2,8% das pessoas de referência do domicílio estão desempregadas (dado maior que do estado, que era de 2,1%). Entre as “ocupadas”, 18,3% não possuem carteira assinada, 25,8% trabalha por conta própria e somente 40,2% possuem carteira assinada. Destes, 33,3% ganham até 1 salário mínimo mensal e 4,7% não apresentam rendimentos.

Em que pese o fato de 40,2% da população economicamente ativa “ocupada” ter carteira assinada é importante observar o dado anterior citado que mostra os baixos níveis de salários obtidos. “Ou seja, a riqueza produzida pelo trabalhador se divide numa parte cada vez maior de mais valia (apropriada pelo capital), e outra parte, proporcionalmente cada vez menor, que corresponde ao seu salário (parte da riqueza produzida que fica com o trabalhador)” (SIQUEIRA, 2013, p. 174). Isto que, por um lado provoca acumulação e, por outro, a pauperização.

Em relação ao público jovem, considerando àqueles com idades entre 15 e 29 anos, 38,7% ganha até 1 salário mínimo mensal e 22,4% dos jovens acima de 16 anos estão na informalidade. Sobre a situação escolar, há 540 jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio, além de 426 jovens que nem estudam e nem trabalham.

Já em relação à população de 10 a 13 anos “ocupada” (trabalho infantil), o percentual observado foi de 2,7%. A taxa de analfabetismo das pessoas com 10 anos ou mais era de 4,7%, sendo que na área rural era de 7,1%.

As razões da grande vulnerabilidade dos pobres não decorrem, na sua essência, do não emprego, mas do emprego que se faz em condições deterioradas de remuneração. Também por razões econômicas, as crianças pobres frequentam menos assiduamente a escola e a busca de atividades para garantir a sobrevivência das famílias mais vulnerabilizadas no curto prazo torna-se necessária (NUNES, 2013). Consequentemente a proteção sanitária se reduz e a nutrição torna-se insuficiente, incapacitando muitas vezes a capacidade de se sair do ciclo de pobreza para certo número de famílias.

Por esta razão, a consultoria/assessoria teve um papel importante, já que foi possível contribuir no desvendamento da realidade, pois através do levantamento de dados, juntamente com o material teórico disponibilizado, as saídas de campo, e todas as problematizações que surgiram a partir deste trabalho, houve uma mobilização dos profissionais vinculados à política de assistência social, partindo do reconhecimento da realidade vivenciada e, imbuídos de conhecimento teórico-metodológico, fortalecendo-os para a realização do trabalho com os usuários da política.

O processo de tomada de consciência não faz com que o sujeito desista de continuar. Pelo contrário, quando através da práxis, que nada mais é do que a prática refletida, os sujeitos se percebem inseridos no contexto social, enxergam as desigualdades, percebem suas histórias vinculadas às trajetórias macro-sociais, a tendência de que sejam estabelecidos espaços de resistência é expressiva, na medida em que ocorre a chamada integração, que Paulo Freire define como “capacidade de ajustar-se a realidade acrescida da de transformá-la a que se junta a de optar, cuja nota fundamental é a criticidade. [...] O homem integrado é o homem sujeito” (FREIRE, 1983, p. 42).

Nesta realidade contraditória, marcada pelas opressões cotidianas, precarização do trabalho, foi possível perceber ações de resistência, através das práticas profissionais, que foram reforçadas pela experiência da consultoria/assessoria, na medida em que se estabeleceu também um canal de comunicação entre usuários, trabalhadores e a gestão, a fim de tornar viável a construção de alternativas de enfrentamento x condicionantes materiais na perspectiva de processos sociais emancipatórios, neste trabalho. Será isso possível?

4 INTERSETORIALIDADE: UMA ESTRATÉGIA POSSÍVEL

Nesta seção apresenta-se uma intervenção ocorrida durante a consultoria/assessoria, com o objetivo de exemplificar um dos achados mais importantes deste trabalho: **a necessidade de perceber o sujeito em situação de rua em sua integralidade.**

Neste sentido, a intersetorialidade é essencial.

Uma das abordagens realizadas na região central da cidade de Torres destacou-se. Nesta ocasião observou-se e abordou-se um grupo de sujeitos. Uma praça localizada há duas quadras do mar, onde havia um grupo de sete sujeitos vivenciando a situação de rua, um local de grande circulação turística e, por isso, principalmente os comerciantes pediam

providências, devido ao crescente número de “moradores de rua”. Estavam utilizando a quadra de bocha existente na praça como moradia.

Havia informações de que o grupo era bastante agressivo e não permitia muitas aproximações. Considerando que debates teóricos sobre a realidade social, conceitos e técnicas já foram realizadas, planejou-se a primeira abordagem.

Nossa aproximação foi acolhida pelo grupo que vivenciava a situação de rua na praça. Os profissionais do CREAS, acompanhados pelos consultores/assessores, procuraram construir o vínculo com o grupo. Já neste primeiro momento, alguns dados foram fornecidos pelos sujeitos. Este grupo que não conhecia o CREAS foi orientado sobre o serviço e iniciou-se a partir da formação de vínculo, um plano de atendimento.

Durante os encontros dos consultores/assessores com a equipe do CREAS, foi possível refletir sobre a abordagem realizada, os cuidados éticos necessários, além de dar início ao momento de qualificação dos dados. A partir disso, contatos e problematizações com a rede socioassistencial e demais políticas, como CAPS – núcleo de álcool e outras drogas, Unidades de Saúde, referenciados na abordagem, a fim de planejar e monitorar as ações. Lembrando que a equipe de abordagem deve articular com as outras equipes, políticas e órgãos de defesas de direitos, metodologia de ação conjunta (SUAS e Populações em Situação de Rua, 2013).

A partir da primeira abordagem social, do rompimento deste imaginário social de que estes sujeitos são perigosos, violentos e que é preciso mantê-los afastados do convívio comunitário, uma série de estratégias foi pensada para este caso tão emblemático para o município e para a equipe que iniciava uma atuação no serviço de abordagem social. Com a acolhida, orientação, informação, garantia do direito de participação e estímulo ao protagonismo dos sujeitos, se buscou o planejamento de ações, desde a proteção básica.

Para além disso, uma das ações realizada, ainda em janeiro de 2015, foi um seminário que reuniu, além do chefe do poder executivo municipal, a prefeita de Torres, a secretaria de Assistência Social, gestores, técnicos, outros trabalhadores de diversas secretarias, dentre elas a Saúde e Segurança Pública, onde foram apresentados alguns resultados iniciais, com base nas intervenções realizadas junto à equipe do CREAS. No evento, os resultados foram apresentados por estes profissionais, que fizeram parte de forma ativa de todos os momentos da consultoria/assessoria.

Através dos dados de realidade, a partir de documentos, registros fotográficos e relato das experiências, foram problematizados os processos de rualização e as possíveis alternativas de enfrentamento a situação de rua.

Com base na Política Nacional de Inclusão para a População em Situação de Rua (2009) foram pensadas algumas estratégias, como a garantia de atendimento em qualquer unidade de saúde do município ao sujeito em situação de rua, compreendendo sua vinculação com os territórios; Prioridade nas ações de redução de danos em relação à dependência química; Garantir um percentual de moradias populares para este segmento; Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória; Constituir um espaço no CREAS para a realização de atividades com a população em situação de rua; Construção de um Plano Municipal de Enfrentamento aos processos de rualização de maneira intersetorial, garantindo a participação dos sujeitos em situação de rua.

Durante todo o processo de consultoria/assessoria sinalizou-se a importância de garantia de espaços de estudo e capacitação continuada para os operadores das políticas públicas e a atentou-se para o desafio de se reconhecer que há possibilidades de rupturas¹⁰.

Como uma das possíveis materializações deste processo de consultoria/assessoria finaliza-se este texto com o *Fórum Integralidade no cuidado: Processos de Rualização, álcool e outras drogas* (2016). O evento foi um projeto de intervenção da acadêmica de Serviço Social, Maria Eduarda Moreira Silva, que realizou estágio curricular no CREAS, em conjunto com o restante da equipe do CREAS e a equipe da Saúde Mental, no município de Torres/RS.

Quinze (15) sujeitos que vivenciam a situação de rua no município, um representante do Movimento Nacional da População de Rua, estudantes, gestores e demais trabalhadores das políticas públicas, apresentaram dados e discutiram sobre os processos de rualização, a situação de rua, os limites e estratégias de enfrentamento. Também, entre os 185 participantes do fórum, constatou-se a significativa presença de trabalhadores do SUAS de municípios de toda a região do litoral norte gaúcho, que vivenciam as angústias e limites no atendimento à população em situação de rua em suas cidades. Percebeu-se através das atividades e

¹⁰ Processo de rupturas que respaldam ou fomentam superações. Neste estudo consideramos rupturas aquelas ações concretas que, não necessariamente rompem com o contexto ou estrutura mais ampla, mas fazem parte de processos coletivos emancipatórios.

desvendamentos apresentados no evento que a partir do processo de consultoria e assessoria os sujeitos em situação de rua foram atendidos pelo poder local e foram estimulados no que se refere à participação e ao protagonismo. Cabe salientar que o painel *Os Processos de Rualização: Limites e Estratégias de Enfrentamento* foi planejado a partir do documento contendo relatos, demandas e reivindicações confeccionado e apresentado pelos próprios sujeitos que vivenciam a situação de rua no município. Sendo estas reivindicações elaboradas em espaço permanente para a construção coletiva destes sujeitos, que ocorre semanalmente na própria sede do CREAS. Espaço para trabalho em grupo que foi estimulado durante o processo de consultoria/assessoria e posteriormente instituído pela equipe, sempre em conjunto com os sujeitos usuários no tocante de tomada de decisões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que atualmente, quase dois anos após o início de suas atividades, a equipe do CREAS ainda não está compatível com a NOB-RH/SUAS, contudo, já conta com uma coordenação e com um educador social exclusivo e permanente para as abordagens sociais da população em situação de rua, buscando constantemente aprimorar seu processo, rotina e fluxo de trabalho. Agora, a equipe de trabalhadores encontra-se fortalecida e amparada por um grupo técnico e de gestores, que participaram assiduamente da tomada de consciência crítica da realidade local, certamente despertados pela consultoria/assessoria, que se manteve continuamente, mesmo sem a presença física dos assessores.

O desafio da intersetorialidade tem sido um dos debates importantes tanto na academia quanto no trabalho de profissionais que são desafiados constantemente nos seus espaços a intervir qualificadamente e de forma a garantir direitos sociais a população.

A experiência realizada aponta a potência do trabalho de consultoria/assessoria nessa direção. Foi possível nessa experiência, com planejamento e a partir de concepções de mundo criar um diálogo com equipe, usuários, representantes de várias áreas públicas que os implicassem no reconhecimento das demandas existentes e no caminho a ser seguido para responder a essas demandas.

Isso permite à equipe afirmar que a intersetorialidade foi incorporada no debate e constitui-se hoje um dos elementos essenciais do trabalho da equipe do CREAS, o que, como mostra o relato da experiência que se encontra em movimento, trouxe consequências

importantes na construção de estratégias para conhecer e atender a demanda da população em situação de rua do município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República, Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009. **Política Nacional para População em Situação de Rua**. Brasília, dezembro de 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB-RH/SUAS Anotada e Comentada**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatórios de Informações Municipais. **Panorama Municipal segundo Censo Demográfico 2010**. Boletim Dados Municipais/ Panorama Municipal: Torres/RS, 2013.

GRESS 10ª Região. COLETÂNIA DE LEIS – Gestão 1999/2002, Porto Alegre.

FEITEL B, et al. **Fundo psicossocial e transtornos comportamentais e emocionais de jovens sem-teto**. Hosp Psiquiatria Comunitária 43 (2): 155-9.1992.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980

_____, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IBGE. **Perfil e Histórico das Cidades 2013. Rio Grande do Sul – Torres**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432150&search=rio-grande-do->

MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica**. 2006. acessado em 01 de maio de 2015:
<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZK2736DP7w8MI96Qb63f.pdf>.

NUNES, Rodrigo dos Santos. **A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local: protagonismo ou passividade?** Dissertação de Mestrado. Porto alegre: PUCRS, 2013.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone. **Populações em Situação de Rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento**. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p.191-215, jul./dez. 2011.

PRATES, Jane Cruz. et al. **Relatório da pesquisa Estudo avaliativo sobre a Política de Inclusão para População em situação de rua em Porto Alegre e Florianópolis**. Porto Alegre, CNPq/PUCRS, 2013.

REIS, Carlos Nelson; PRATES, Jane Cruz; MENDES, Jussara. **A realidade dos moradores de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA/FESC – FSS/PUCRS, 1995.

SILVA, Priscila Klein; NUNES, Rodrigo dos Santos. **Os indicadores locais e a necessária integralidade, intersectorialidade e interdisciplinaridade no atendimento.** Material elaborado para fins de planejamento e execução do processo de Consultoria e Assessoria no município de Torres/RS, 2015.

_____. **Os Processos de Rualização: Limites e Estratégias de Enfrentamento.**

Material elaborado para fins de apresentação no Fórum Integralidade no cuidado: Processos de Rualização, álcool e outras drogas. Torres, 2016.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos.** São Paulo: Cortez, 2013.

VASCONCELOS, A. M. **Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 56, p. 114-134, mar. 1998.

VIEIRA, M. A. da Costa; BEZERRA, Eneida M. Ramos; ROSA, Cleisa Morena M. (orgs.). **População de rua: Quem é, como vive, como é vista.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012

ZUANAZZI, Pedro Tonon; BARTELS, Mariana. **Estimativas para a população flutuante do Litoral Norte do RS.** Porto Alegre: FEE, 2016.